

30 NOV 1987

Japoneses e canadenses perdem o primeiro prazo de adesão

por Paulo Sotero
de Washington

Vários grandes bancos comerciais japoneses e canadenses deixaram passar a última quinta-feira sem comunicar sua adesão ao empréstimo de curto prazo de US\$ 3 bilhões que o comitê de bancos credores do Brasil negociou com representantes do governo, no início do mês, como parte de um entendimento preliminar para o levantamento da moratória.

Assim procedendo, eles abriram mão de receber a comissão de incentivo de 0,125% do valor do empréstimo que o Brasil ofereceu aos bancos para tentar fechar o financiamento rapidamente. Uma comissão reduzida, de 0,0675%, será paga aos credores que confirmarem sua participação até a próxima quinta-feira, dia 3. O Bank of Montreal, que comanda a subcomissão econômica do comitê de bancos, aderirá ao empréstimo no início da semana passada.

De acordo com fonte bem informada, até a última sexta-feira o comitê recebera adesões que representavam mais de 50% e menos de 70% do total do empréstimo.

Dos 120 a 130 bancos que deverão participar do empréstimo, pouco mais de 50 já estavam embarcados, computando-se o número dos que aderiram do dia do "Thanksgiving" e na sexta-feira.

"O processo de levantar

dinheiro está indo bem e está dentro do cronograma", disse William R. Rhodes, o executivo do Citicorp que é presidente do comitê de bancos credores do Brasil. Ele indicou que poderá fazer novas declarações sobre o empréstimo nesta segunda-feira.

Somente um terço do crédito de US\$ 3 bilhões, ou seja, US\$ 1 bilhão, deverá ser desembolsado agora, em duas ou três parcelas — a primeira das quais em meados de dezembro —, para cobrir parte dos pagamentos de juros no último trimestre do ano. O Brasil comprometeu-se a entrar com a diferença, autorizando, para tanto, que até US\$ 500 milhões de suas reservas, depositadas no Banco de Pagamentos Internacionais (BIS), na Suíça, sejam transferidos aos bancos credores simultaneamente aos desembolsos do empréstimo de US\$ 3 bilhões. O saque dos restantes US\$ 2 bilhões, que ajudará o País a saldar o débito de juros vencidos entre fevereiro e setembro de 1987, está previsto somente para junho de 1988 e depende de as duas partes chegarem a um acordo mais amplo de reescalamento da dívida até meados de janeiro.

A efetivação de tal acordo passa pela aceitação, pelo Brasil, de programas de ajustamento econômico e empréstimos politicamente condicionados a serem negociados com o Fun-

do Monetário Internacional e o Banco Mundial. Contando com uma atitude favorável dessas instituições, bem como com a reabertura dos empréstimos dos Eximbanks dos países industrializados, o governo brasileiro comprometeu-se, por outro lado, a manter em dia o pagamento de juros a partir de janeiro. O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, e o negociador da dívida externa, Fernão Bracher, são esperados nesta segunda-feira, em Nova York, onde deverão iniciar os entendimentos com vistas ao acordo de renegociação de maior fôlego.

Em vista das circunstâncias, um banqueiro considerou positiva a proporção de adesões até agora asseguradas para o empréstimo. De acordo com esse banqueiro, as objeções que os bancos canadenses fazem ao empréstimo são da mesma natureza das que levaram dois grandes bancos ingleses, o National Westminster e o Barclay's, a resistir inicialmente a participar. Segundo um executivo de um desses bancos britânicos, sua instituição acha que o acordo é frágil e foi armado com o propósito principal de evitar a reclassificação dos empréstimos brasileiros dos bancos norte-americanos, não servindo, por isso, a nenhum objetivo dos bancos ingleses.

Significativamente, ao ser indagado, na sexta-

feira passada, sobre a posição dos credores canadenses, o porta-voz de uma grande instituição sediada em Toronto indicou a este jornal que os bancos daquele país poderiam estar esperando a adesão de todos os credores norte-americanos antes de formalizar sua participação. Além dos grandes bancos, vários bancos regionais norte-americanos, que também seriam afetados por um rebaixamento da classificação dos empréstimos ao Brasil, foram chamados a contribuir para o crédito-ponte de US\$ 3 bilhões. A resposta desses bancos foi considerada "muito positiva" por uma fonte do comitê. "Os americanos estão praticamente todos embarcados", disse um outro banqueiro.

Em vista dos montantes envolvidos (a fatia de cada banco representa cerca de 9% de sua 'exposure' em 31 de dezembro de 1982), a participação dos bancos tem de ser decidida por suas respectivas diretorias. No final da tarde de sexta-feira, havia indicações de que as dúvidas dos bancos canadenses haviam sido satisfeitas e que eles comunicariam sua adesão ao acordo no início desta semana.

Os bancos japoneses que ainda não aderiram querem que o Brasil assuma um compromisso mais firme em relação ao FMI, dissessem fontes bem informadas.